

## **RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO: UMA REFLEXÃO ÉTICO-POLÍTICA EM TEMPOS DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”**

**Autor: Doutorando Adjefferson Vieira Alves da Silva**

*Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB; Secretaria de Educação da Paraíba  
[ad.jefferson@yahoo.com.br](mailto:ad.jefferson@yahoo.com.br)*

**Orientadora: Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho**

*Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB; NIPAM-UFPB  
[mepcarv@gmail.com](mailto:mepcarv@gmail.com)*

**Resumo:** O presente trabalho consiste em um empreendimento teórico bibliográfico a respeito da inclusão/exclusão da reflexão de gêneros e sexualidades no interior das práticas curriculares da Educação Básica. O texto desenvolve argumento que aponta para a necessidade da produção, socialização e divulgação de pesquisas que tomem as relações de gênero no currículo como urgentes e necessárias no atual contexto político-educacional. Desta feita, o presente ensaio produz apontamentos de um percurso de pesquisa, desenhando a problemática que tem sido enfrentada na proposta de tese. Para tanto aciona-se uma filiação teórico-metodológica com as pesquisas pós-críticas em educação, com destaque para os Estudos Culturais da Educação e os Estudos de Gênero e Curriculares na perspectiva foucaultiana. Ao fim, encaminham-se pistas de rotas possíveis para o enfrentamento da questão de gênero e sexualidade em currículos da diferença.

Palavras-chave: Educação, Estudos Culturais, Currículo, Gênero, Sexualidade.

Certa vez lhe perguntei: ‘quando você começa a estudar um assunto, o que o move?’ Ele foi rápido: ‘Provar que aquilo do qual todo mundo fala não existe’ (MACHADO, 2017).

Atualmente uma questão da prática curricular toma o cenário educacional nacional: *Ideologia de gênero*. Assistimos nos quatro cantos do país a uma verdadeira disputa político-cultural em torno das questões de gênero e sexualidade no espaço escolar.

Mas, cabe dizer que esta não é uma disputa restrita ao contexto brasileiro, o debate se espalha por toda a América Latina e também pela Europa. A chamada *ideologia de gênero* está conectada a discussões que envolvem educação sexual, saúde reprodutiva das mulheres, reconhecimento das identidades não heterossexuais, entre outras (CAMPANA; MISKOLCI, 2017).

Este debate, que eclode com mais vigor nos últimos anos, não é uma questão recente. Alguns pesquisadores vêm investigando a genealogia deste “sintagma”, a construção de uma (contra)ofensiva político-discursiva que se coloca na esteira do enfrentamento aos direitos humanos, as conquistas históricas de mulheres e dos direitos LGBTTTQI<sup>1</sup>, o Estado laico, a liberdade religiosa, a liberdade docente, a democratização das relações sociais, entre outros avanços (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017). Estes grupos atacam as legislações e as políticas públicas que adotem a perspectiva de gênero, voltadas a prevenir e coibir a discriminação, a violência de gênero, a violência doméstica, a LGBTfobia.

Para se ter uma ideia do quão próximo de nós está esse debate foi aprovado, no último mês de julho de 2018, na Câmara Municipal de Campina Grande/PB, e sancionado pelo prefeito, o Projeto de Lei 82/2017, que proíbe o ensino de (*ideologia de*) *gênero* nas escolas municipais. O exemplo campinense é apenas mais um entre os muitos projetos que têm sido postos em pauta nas câmaras municipais e assembleias legislativas Brasil afora.

Nesse panorama de ataques “reacionários, conservadores, androcêntricos e homofóbicos” (PARAÍSO, 2018a, p. 14) urgem ações, pesquisas e formas diversas de resistir, como afirma Paraíso (2018a, p. 15), “privilegiando apropriações de conhecimento e pensamentos da ciência, da filosofia e da arte em territórios curriculares plurais”. Desta feita, constitui-se um imperativo inquirir *as práticas curriculares nas escolas do ensino fundamental, problematizando a (in)visibilidade da questão de gênero e sexualidade – tanto*

---

<sup>1</sup> Diante das múltiplas possibilidades de designação para a comunidade que borra as fronteiras do padrão heteronormativo, e sua vontade de homogeneização, optamos pela sigla LGBTTTQI, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais, de modo que possamos evidenciar o máximo de diversidade e complexidade dos indivíduos não heterossexuais. (83) 3322.3222

*em sua dimensão de valorização e empoderamento feminino quanto em sua dimensão de visibilidade e garantias de direitos das masculinidades não hegemônicas. É nessa fissura que inserimos a questão deste texto: O que efetivamente se passa no cotidiano escolar? Existe efetivamente algo que possamos chamar de prática curricular sobre questões de gênero no contexto da escola pública paraibana – nas dimensões que têm sido apresentadas nos projetos de lei e audiências públicas sobre a temática? Como o pânico moral desencadeado pelo debate em torno da chamada ideologia de gênero e pela aprovação de leis (como a citada Lei 82/2017 da Câmara Municipal de Campina Grande) se manifesta nas escolas?*

Interessado nessas questões, este texto desenvolve um argumento sobre a necessidade de pesquisas que problematizem as práticas curriculares a partir da perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Culturais da Educação e das pesquisas pós-críticas, inclusive como uma reflexão ético-política. Sustenta tal necessidade na impressão geral de que “no campo da educação, o enfoque de gênero no currículo e nas práticas pedagógicas é ainda incipiente” no nosso país (CARVALHO, 2015, p. 102) e na percepção de que está praticamente ausente nas discussões locais. Ademais, têm-se observado, na experiência docente, as dificuldades enfrentadas por educadores em agregar aos temas próprios de suas disciplinas as questões de gênero como tema que transpassa todas as experiências escolares.

No primeiro momento apresentamos o campo dos Estudos Culturais e suas articulações com o campo educacional, pela via dos estudos curriculares e de gênero. Em seguida apontamos os princípios que fundamentam nossa pesquisa sobre currículos com gêneros na educação básica.

### **Diálogos possíveis: Estudos Culturais e Educação**

*Todos escribimos y hablamos desde un lugar y un momento determinados, desde una historia y una cultura específicas. Lo que decimos siempre está “en contexto”, posicionado (HALL, 2010, p. 349).*

Todos e todas escrevem de algum lugar. Estar vinculado a uma instituição e a um saber disciplinar traz consigo *interditos*. Aquilo que se pode ou não dizer, quem pode dizer, quando pode dizer. Michel Foucault descortinara, nos idos de 1970, essa *ordem* discursiva que impera os ditos e escritos acadêmicos (FOUCAULT, 2008). É preciso jogar nas margens, transitar no *entre-lugares*. Desta feita, nosso percurso acadêmico, e em especial este texto, assume uma das marcas fortes dos Estudos Culturais: sua vocação transdisciplinar, o ato político de *borrar fronteiras*, apropria-se de instrumental teórico-metodológico diversificado

capaz de articular, *bricolar* e responder satisfatoriamente à complexidade da problemática e das variantes envolvidas (PARAÍSO, 2012). Trazemos para o centro da cena pedagógica o imbricamento das relações de gênero e poder que tensionam as linhas que tecem o currículo, ou seja, o currículo enquanto constructo sociocultural que carrega em si as correlações de forças que objetivam a produção dos modos de estar e pensar o/no mundo.

Em nosso percurso assumimos as práticas curriculares em sua dimensão inventiva, atravessadas por relações de poder; o currículo e as relações de gênero nele engendradas como um objeto de estudo relevante na seara dos Estudos Culturais da Educação, pois como afirma Alícia Ríos: “[...] qualquer coisa que possa ser lida como um texto cultural e que contenha em si mesma um significado simbólico sócio-histórico capaz de acionar formações discursivas, pode se converter em um legítimo objeto de estudo” (RIOS *apud* COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 47).

Nessa direção fazemos emergir um objeto de pesquisa próprio ao campo educacional – mas não restrito a ele, afinal almejamos desnaturalizar posições, bricolar percursos metodológicos, positivar zonas de fronteira. Ao assumir os Estudos Culturais enquanto ferramenta teórico-metodológica de problematização, estamos afirmando que a pesquisa que se empreende é um *pensamento sem garantias*. Ou como afirma Eduardo Restrepo (2012, p. 91): “*la razón por la cual los estudios culturales constituyen un pensamiento sin garantías [é] fundamentalmente porque los estudios culturales han sido pensados como un proyecto con una abierta voluntad política*”. Esta vinculação teórica aos Estudos Culturais traz consigo a clareza de que o conhecimento produzido precisa ser radicalmente contextualizado, não determinista, não unidimensional e, sobretudo, que “*los estudios culturales pretenden transformar el mundo [...] y consideran que el conocimiento y la teoría son herramientas e importantes terrenos de disputas para lograrlo*” (RESTREPO, 2012, p. 91).

É preciso, antes do fim desta seção, afirmar que nem tudo nem qualquer coisa é assumido como objeto de estudos na esteira dos Estudos Culturais. Nisso cabe apontar alguns traços distintivos das pesquisas nessa área do conhecimento, e que são resumidos em alguns dos escritos do antropólogo colombiano Eduardo Restrepo, e assumidos por nós neste trabalho, a saber: 1. Os Estudos Culturais concebem a cultura como poder e o poder como cultura; 2. O caráter transdisciplinar, não reducionista das pesquisas, ou seja, um objeto não é explicado nunca tomando apenas uma de suas dimensões – quer o social, o cultural, o econômico ou histórico. É, antes de tudo, um esgarçamento, um atravessamento destas dimensões; 3. São pesquisas comprometidas, que visam intervir no espaço em que se

localizam; 4. Contextualismo radical, que retoma em certa medida sua característica não reducionista (RESTREPO, 2012).

Para assumir-se enquanto praticante dos Estudos Culturais é preciso não perder de vista estes e outros princípios. Como defende Restrepo, no texto supracitado, os Estudos Culturais assumem sua condição contingente, histórica, não apenas no tocante à teoria utilizada, mas também quanto às ferramentas metodológicas, sua concepção de política e mesmo sobre seu próprio projeto intelectual. Portanto, é nesse trajeto que problematizamos as relações de gênero, evidenciando seu caráter fabril, inventivo, rompendo com qualquer dimensão de naturalização das diferenças entre estes.

Como afirma o sociólogo Richard Miskolci, a naturalização das diferenças traz consigo o processo incômodo e desigual de valorização dos elementos comuns à cultura hegemônica que norteia os rumos da sociedade, uma sociedade normatizada pelo ser: homem, branco, hetero, cristão, adulto, ocidental (MACHADO, 2017; MISKOLCI, 2005). Aquilo que foge a esse padrão acaba por ser simbolicamente desqualificado. A palavra de ordem em contextos educacionais habitados pela diversidade acaba por ser “respeito e tolerância”. Entretanto, uma reflexão que se fixe na dimensão da tolerância consiste, na esteira dos escritos de Silva, Hall e Woodward (2009), numa perspectiva que tende a neutralizar, *essencializar* as questões de identidade e diferença.

### **Princípios de uma pesquisa: Currículo e Gênero**

A exclusiva prática intelectual é tranquila. Atribulada, incerta, instável e cambiante é a prática intelectual como política (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

Portanto, **currículos + gêneros + sexualidades** juntos podem muito; muito mais do que sabemos; muito mais do que dizemos; muito mais do que temos feito (PARAÍSO, 2018a).

Toda produção humana, quando pensada em sua historicidade, é ela mesma uma produção social, inserida em uma rede de significados diretamente vinculados com um tempo e um espaço específico. Contudo, a produção desses significados não é, nunca, harmônica e simétrica entre os grupos sociais envolvidos.

A fabricação dos significados e a imposição “naturalizada” destes – quando hegemônicos – efetivam-se em um território agitado de disputas, de lutas, que evidenciam relações (assimétricas) de *poder*. Michel Foucault em *A história da Sexualidade – a Vontade de Saber* (1988) - ao refletir sobre o “Dispositivo da Sexualidade” nos chamou atenção para a

(83) 3522.5222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



dimensão produtiva do poder. O filósofo se pôs a analisar a construção de um saber sobre o sexo em termos de poder, contudo deixando evidente que a “condição de possibilidade do poder” estava no “suporte móvel” das relações de forças, que no choque de suas desigualdades produzem “estados de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 103). Assim, seguimos com a leitura pós-crítica de que o poder é imprevisível, ele é lacunar, ele permite produzir coisas outras.

Dentro desse panorama de fabricações humanas e suas relações produtivas emerge o currículo. Artefato cultural, histórica e socialmente marcado. Os currículos são práticas de representação que inventam sentidos e que têm na escola e no espaço da sala de aula como arenas onde o significado é negociado (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003). Em outras palavras, os currículos são práticas, são produções de sentido nos espaços escolares – mas, não apenas nestes.

É preciso afirmar que vivenciamos *tempos de transformações radicais*, “tempos hostis”; sofremos com investidas que objetivam desqualificar, “destituir gênero, sexualidade” de seu estatuto “científico e construcionista” (PARAÍSO, 2018a, p. 14). Como afirmamos acima, fincamos nossas bases em pontos centrais aos Estudos Culturais da Educação na medida em que buscamos problematizar o currículo enquanto artefato cultural – pensando neste não como um conjunto de conteúdo; o currículo não é a *Base Comum Curricular*; pensamos o *currículo como produção de diferenças* - e, a partir daí, descortinar na textualidade desse artefato as relações de poder nele/por ele engendradas.

Questionar as identidades e as diferenças como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam, um questionamento que recai sobre o ato de *normalização* do hegemônico, que constitui em si um ato de poder. Desta forma, “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009); todavia, assim como a identidade depende da diferença para se construir, a normalidade necessita do processo de construção do *anormal*, ou seja, o outro de si mesmo.

Uma questão central ao ensino escolar atravessa esta proposta: Que questionamentos um enfoque pedagógico da *diferença* produz sobre o Currículo? E desta questão seus desdobramentos: Como a questão das diferenças de gênero tem sido problematizada nos documentos de reflexão curricular? Qual o lugar ocupado pela diversidade de gênero e sexualidade? Estariam estas questões presentes na prática curricular da sala de aula ou apenas em documentos normativos – quer em nível nacional, quer na própria escola? Estas questões e outras que possam emergir do processo investigativo carecem de respostas contextualizadas nos

vários espaços da educação brasileira. As pesquisas nos últimos decênios ainda são incipientes e esparsas, como tem demonstrado Paraíso (2018b).

O movimento feminista e a comunidade LGTBTTQI têm avançado, nas últimas décadas, nas lutas por acesso e equidade de direitos nas várias instâncias da experiência humana; e, nessa direção, o currículo emerge como um dos artefatos, um dos territórios onde a disputa é travada – como apontamos já na introdução. A luta dos movimentos sociais – feministas e LGTBTTQI – tem sido por currículos mais afirmativos das identidades coletivas não hegemônicas, ou seja, das identidades que são postas nas margens, quando não invisibilizadas. Esses grupos identitários pressionam “para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos coletivos de memória, história e culturas” (ARROYO, 2011, p. 11).

Currículo, gêneros, sexualidades são temas que implicam em vidas. Vidas que importam, e vidas que são marginalizadas, silenciadas, invisibilizadas. E por isso mesmo precisam ser trazidas para o centro nos espaços escolares e dos currículos, pois dependem destes para que possam ter suas “vidas vivíveis” (PARAÍSO, 2018a).

Nessa direção, nosso trajeto e os estudos que levamos adiante marcam nosso posicionamento ético-político. Uma pesquisa que não é neutra, que busca nos limites dos procedimentos formais exigidos pelo discurso acadêmico produzir as fissuras necessárias que, no mínimo, apontem rotas de fugas, na medida em que colocamos à prova dos dados empíricos a construção político-discursiva da propalada *ideologia de gênero*, almejando colocar em evidência um *currículo da/para diferença*.

Como afirmou Elisabete Macedo (2018), um currículo da diferença constitui um processo de desconstrução dos discursos de controle, das normas estabelecidas. Mas, mesmo que não seja possível alcançar o pleno currículo da diferença, afinal, os discursos que objetivam enfrentar as normas e estabelecer as diferenças terão, eles mesmos, efeitos de controle. De todo modo, o que precisamos, ao fim e ao cabo, é produzir práticas que desloquem as amarras, as normas que impedem a proliferação das diferenças. Entre essas amarras, certamente estão os posicionamentos político-discursivos que espalham o pânico moral por meio do sintagma *ideologia de gênero* (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

É, pois, nestas zonas que torcemos *gênero* e *currículo* como categorias que se atravessam. Para tanto, apresentamos breves anotações destes conceitos-chave:

**1. Gênero.** É lugar comum, entre as/os pesquisadoras/es, afirmar a dimensão histórica da emergência e do uso da categoria gênero - mesmo que isso não implique um

(81) 3122-3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

nem mesmo sua *vulgarização* nos mais diversos espaços. Neste texto assumimos “gênero [como] os processos por meio dos quais nos tornamos homens e mulheres em meio a relações de poder” (PARAÍSO, 2018b, p. 24), sem negligenciar, contudo, outras dimensões práticas em que a categoria é agenciada. Na esteira de Joan Scott (1990, p. 21), gênero é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, bem como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21), noção aprofundada quando se toma gênero em sua dimensão histórica, produtiva, forjada nas relações sociais. Com base em Michel Foucault, a categoria gênero remete a todas as formas de construção *social* – práticas e representações; *cultural* – artefatos; e *linguística* – posições de sujeito, implicadas no processo de diferenciação de mulheres e homens.

2. *Currículo*. Concebido como “um campo de luta em torno da significação e da identidade” (SILVA, 2016, p. 134), o currículo é tomado como um artefato histórico e cultural, por conseguinte, um artefato de gênero: uma construção que corporifica, ao mesmo passo que produz e materializa relações de gênero (SILVA, 2016). Nesse sentido, interessa problematizar as formas como o currículo trata as relações de gênero, atentando para as relações de poder que ali circulam, as formas que assumem e os mecanismos de resistência acionados. De modo que “o movimento analítico” siga pela via de “desmanchar dicotomias e desconstruir binarismos” (LOURO, 2004, p. 34), sobretudo, aqueles claramente essencializados, e assentados na materialidade dos corpos biológicos.

Dito isto, encerramos o presente texto chamando a atenção para a importância da realização de estudos que no campo curricular interseccionem gêneros e sexualidades na constituição desses currículos. Nestes tempos sombrios, em que muitas propostas buscam amordaçar os professores em suas práticas cotidianas, urge que acionemos práticas de resistência, “resistir criativamente, densamente, alegremente, dando visibilidade e afirmando a vida, o desejo, a invenção, as brechas, a luz, a erótica, a criação de possíveis, a resistência” (PARAÍSO, 2018a, p. 14).

## Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – versão final. Brasília: MEC, SEB, 2017.



CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

CARVALHO, Maria Eulina P.; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, 312, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37466/28761>>. Acesso em: jul. 2018.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, maio/jun./jul./ago. 2003.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. Identidad cultural y diáspora. In: \_\_\_\_\_. **Sin garantías**. Tercerías y problemáticas em estúdios culturales. Popayán-Lima-Quito: Enviñon Editores – IEP – Instituto Pensar – Universidad Andina Simón Bolívar, 2010. p. 349-462.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira L. (Org.). Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Proposições**, 2008.

\_\_\_\_\_. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, Elisabete. Desigualdades na Educação. In: SEMINÁRIO DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO – Desafios para o ensino de ciências e saúde. 2018. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018. (Informação verbal).

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: n-1 edições, 2017. 240p.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMAWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter. **Afirmando Diferenças**. Campinas: Papirus, 2005.

NEVEU, Érik; MATTELART, Armand. **Introdução aos Estudos Culturais**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018a.

\_\_\_\_\_. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política *com* gênero e sexualidade em tempos do *slogan* “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018b.

\_\_\_\_\_. Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

RESTREPO, Eduardo. Estudios culturales y educación: posibilidades, urgências y limitaciones. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana Amorim (Org.). **Estudos Culturais e educação: desafios atuais**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 87-100.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jun./dez. 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 1. ed., 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed., 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 11. ed., 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.